

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso
Sicredi Sudoeste MT
Tangará da Serra/MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2016



Luciano Gomes dos Santos
Contador - CRC - RS 059.628/O-2 S-MT
CNAI 3087

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 582.137 mil, aumento de 8,33% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 355.569 mil, com variação de -5,95% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 301.089 mil, representando 81,84% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 47.492 mil, compondo 12,91% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 19.304 mil ou 5,25% do total (NE 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 398.249 mil em dezembro de 2015, com incremento de 17,90% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 174.389 mil, com crescimento de 22,89% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 1,03% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 81.051 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 141.410 mil, tendo um aumento de 23,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	514.799	465.664	CIRCULANTE	272.455	290.506
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.044	7.536	DEPÓSITOS (NOTA 09)	88.285	90.786
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	201.360	128.231	Depósitos à Vista	81.051	80.225
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	25	Depósitos a Prazo	7.234	10.561
Depósitos no Banco Central	-	299	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	85.980	102.722
Correspondentes no país	666	741	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5	13
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	200.687	127.166	Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	85.975	102.709
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	285.169	313.541	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.397	1.173
Operações de Crédito	309.889	330.805	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.397	1.173
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(24.720)	(17.264)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	23.847	29.888
OUTROS CRÉDITOS	18.614	15.102	Empréstimos País - Outras Instituições	23.847	29.888
Créditos por Avais e Fianças Honrados	75	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	72.946	65.937
Rendas a Receber	3.076	2.174	Cobrança e Arrecadação de Tributos	43	71
Diversos (NOTA 06)	15.801	13.088	Sociais e Estatutárias	2.193	2.393
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(338)	(160)	Fiscais e Previdenciárias	1.892	1.759
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	2.612	1.254	Diversas (NOTA 12)	68.818	61.714
Outros Valores e Bens	2.584	1.242	NÃO CIRCULANTE	168.272	132.361
Despesas Antecipadas	28	12	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	168.272	132.361
NÃO CIRCULANTE	67.338	71.670	DEPÓSITOS (NOTA 09)	167.155	131.347
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.914	43.039	Depósitos a Prazo	167.155	131.347
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	34.913	43.038	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.117	1.014
Operações de Crédito	45.680	47.245	Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	1.117	1.014
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.767)	(4.207)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.410	114.467
OUTROS CRÉDITOS	1	1	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	85.508	64.741
Diversos (NOTA 06)	1	1	De Domiciliados no País	85.938	65.329
PERMANENTE	32.424	28.631	(Capital a Realizar)	(430)	(588)
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	18.850	18.714	RESERVAS DE SOBRAS	48.397	39.244
Outros Investimentos	18.850	18.714	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.505	10.482
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	9.647	7.216			
Imóveis de Uso	1.930	1.821			
Outras Imobilizações de Uso	14.505	10.914			
(Depreciação acumulada)	(6.788)	(5.519)			
INTANGÍVEL (NOTA 08b)	3.927	2.701			
Outros Ativos Intangíveis	6.496	4.685			
(Amortização acumulada)	(2.569)	(1.984)			
TOTAL DO ATIVO	582.137	537.334	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	582.137	537.334

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51.160	-	51.160	99.457	-	99.457	86.568	-	86.568
Operações de Crédito	51.160	-	51.160	99.457	-	99.457	86.565	-	86.565
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	3	-	3
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(34.619)	(335)	(34.954)	(69.533)	(574)	(70.107)	(48.502)	(494)	(48.996)
Operações de Captação no Mercado	(13.455)	(19)	(13.474)	(23.877)	(29)	(23.906)	(16.166)	(12)	(16.178)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.775)	(316)	(6.091)	(12.764)	(545)	(13.309)	(11.610)	(482)	(12.092)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.389)	-	(15.389)	(32.892)	-	(32.892)	(20.726)	-	(20.726)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.541	(335)	16.206	29.924	(574)	29.350	38.066	(494)	37.572
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.511)	4.939	(572)	(12.684)	7.453	(5.231)	(15.751)	5.878	(9.873)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.390	4.858	8.248	6.575	9.335	15.910	6.139	7.879	14.018
Rendas de Tarifas Bancárias	2.953	-	2.953	5.512	-	5.512	4.966	-	4.966
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.794)	(810)	(11.604)	(21.077)	(1.333)	(22.410)	(18.545)	(1.181)	(19.726)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(10.102)	(1.436)	(11.538)	(18.915)	(2.226)	(21.141)	(14.363)	(2.328)	(16.691)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(28)	(238)	(266)	(121)	(461)	(582)	(92)	(389)	(481)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	18.507	3.064	21.571	32.690	2.937	35.627	21.322	2.689	24.011
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(9.437)	(499)	(9.936)	(17.348)	(799)	(18.147)	(15.178)	(792)	(15.970)
RESULTADO OPERACIONAL	11.030	4.604	15.634	17.240	6.879	24.119	22.315	5.384	27.699
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	83	(2)	81	161	(2)	159	80	(4)	76
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.113	4.602	15.715	17.401	6.877	24.278	22.395	5.380	27.775
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.113	4.602	15.715	17.401	6.877	24.278	22.395	5.380	27.775
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.877	(6.877)	-	5.380	(5.380)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.113	4.602	15.715	24.278	-	24.278	27.775	-	27.775
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.773)	-	(16.773)	(17.293)	-	(17.293)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14a)	-	-	-	(6.869)	-	(6.869)	(5.111)	-	(5.111)
Fates - Estatutário	-	-	-	(751)	-	(751)	(1.048)	-	(1.048)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.754)	-	(6.754)	(9.434)	-	(9.434)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.399)	-	(2.399)	(1.700)	-	(1.700)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.505	-	7.505	10.482	-	10.482

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	47.537	28.110	8.735	84.382
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.731	-	(8.731)	-
Outras destinações	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.308	-	-	5.308
Baixas de capital	(1.150)	-	-	(1.150)
Resultado do período	-	-	27.775	27.775
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.048)	(1.048)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.434	(9.434)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.315	-	(5.111)	(796)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.700	(1.700)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	64.741	39.244	10.482	114.467
Mutações do Período	17.204	11.134	1.747	30.085
Saldos no início do período em 01/01/2015	64.741	39.244	10.482	114.467
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	10.482	-	(10.482)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.339	-	-	5.339
Baixas de capital	(1.581)	-	-	(1.581)
Resultado do período	-	-	24.278	24.278
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(751)	(751)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.754	(6.754)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.527	-	(6.869)	(342)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.399	(2.399)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	85.508	48.397	7.505	141.410
Mutações do Período	20.767	9.153	(2.977)	26.943
Saldos no início do período em 01/07/2015	76.486	39.244	8.563	124.293
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.225	-	-	3.225
Baixas de capital	(730)	-	-	(730)
Resultado do período	-	-	15.715	15.715
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(751)	(751)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.754	(6.754)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.527	-	(6.869)	(342)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.399	(2.399)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	85.508	48.397	7.505	141.410
Mutações do Período	9.022	9.153	(1.058)	17.117

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.401	39.363	35.407
Resultado do exercício	15.715	24.278	27.775
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.686	15.085	7.632
(Reversão) Provisão para operações de crédito	5.170	14.016	6.979
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(13)	177	27
Depreciação do imobilizado de uso	809	1.425	1.092
Amortização do intangível	351	585	532
Baixas do ativo permanente	20	69	172
(Reversão) Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	(173)	(31)	128
Destinações ao FATES	(751)	(751)	(1.048)
Dividendos SicrediPar	(727)	(405)	(250)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	808	36.123	6.255
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	3.224	(2.667)	158
(Aumento) Redução em créditos vinculados	8	299	(262)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(59)	75	(448)
(Aumento) Redução em operações de crédito	8.487	22.481	(49.015)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(17.911)	(16.175)	(5.355)
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.045)	(3.748)	(3.656)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(466)	(1.359)	(928)
Aumento (Redução) em depósitos	(50.131)	33.307	51.539
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1.481)	224	376
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	8.468	(6.039)	7.177
Absorção de dispêndios pelo FATES	(660)	(1.080)	(592)
(Redução) Aumento em outras obrigações	54.374	10.805	7.261
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	21.209	75.486	41.662
Aquisição de Investimentos	-	(136)	(4.130)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.567)	(3.927)	(3.118)
Aplicações no Intangível	(852)	(1.810)	(961)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.419)	(5.873)	(8.209)
Integralização de capital	3.225	5.339	5.308
Baixa de capital	(730)	(1.581)	(1.150)
Juros ao capital próprio	(342)	(342)	(796)
Distribuição de Sobras	-	-	(4)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.153	3.416	3.358
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	19.943	73.029	36.811
Caixa e equivalente de caixa no início do período	187.788	134.702	97.891
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	207.731	207.731	134.702

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/03/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

Foram reapresentados para melhor compreensão para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2014 e 2015. As contas e os valores envolvidos estão demonstrados no quadro abaixo:

	Reapresentado	Original
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	2.689	3.550
Provisão para Imposto de Renda	-	532
Provisão para Contribuição Social	-	329

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 26 de janeiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

o) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

q) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

r) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

s) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	7.044	7.536
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	200.687	127.166
Total	207.731	134.702

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	216.962	33.967	250.929	264.291
Financiamentos	10.338	10.490	20.828	25.131
Financiamentos rurais e agroindustriais	82.589	1.223	83.812	88.628
Carteira total	309.889	45.680	355.569	378.050

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.992	33.483	71.811	19.877	131.163	154.058
Rural	1.255	8.112	73.222	1.223	83.812	88.628
Industrial	558	6.693	14.015	2.259	23.525	20.610
Comércio	4.735	23.712	37.322	16.177	81.946	84.237
Outros Serviços	1.096	10.451	17.432	6.144	35.123	30.517
Total	13.636	82.451	213.802	45.680	355.569	378.050

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	133.650	67.400	668	337
Nível B	1,00	114.136	203.411	1.141	2.034
Nível C	3,00	53.303	81.242	1.599	2.437
Nível D	10,00	22.651	16.441	2.265	1.644
Nível E	30,00	9.802	3.178	2.941	953
Nível F	50,00	13.239	1.303	6.620	651
Nível G	70,00	1.800	2.859	1.260	2.001
Nível H	100,00	19.304	11.551	19.304	11.551
Total (i)		367.885	387.385	35.798	21.608

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 12,75% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	75	-	75	-
Títulos e créditos a receber	12.240	1	12.241	9.335
Total	12.315	1	12.316	9.335

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	127	-	127	102
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.892	-	1.892	1.870
Devedores por depósitos em garantia	128	-	128	70
Impostos e contribuições a compensar	575	-	575	504
Pagamentos a ressarcir	-	-	-	17
Títulos e créditos a receber	12.240	1	12.241	9.335
Devedores diversos - País	839	-	839	1.191
Total	15.801	1	15.802	13.089

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 1.892 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.880 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	2.389	1.035
Bens em regime especial	195	207
Subtotal Bens não de uso próprio	2.584	1.242
Despesas antecipadas	28	12
Total Outros Valores e Bens	2.612	1.254

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	9.388	9.252
Sicredi Participações S.A. (i)	9.461	9.461
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	18.850	18.714

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	3.061.658 ON	3.061.658 ON	1	1	9.387.647	9.252.069
	6.399.184 PN	6.399.184 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,18%	1,24%	0,95%	0,96%	8,03%	8,42%
Capital social	804.351	764.040	138	136	116.950	109.929
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	121.225	113.106
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	9.461	9.461	1	1	9.388	9.252

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	2.474	-	2.474	847
Terrenos	-	70	-	70	70
Edificações	4%	1.861	- 461	1.400	1.382
Instalações	10%	4.519	- 2.266	2.253	1.723
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.830	- 1.303	1.527	1.367
Sistema de comunicação	10%	159	- 68	91	82
Sistema de processamento de dados	20%	3.759	- 2.279	1.480	1.282
Sistema de segurança	10%	391	- 253	138	137
Sistema de transporte	20%	372	- 158	214	326
Imobilizado de Uso (i)	-	16.435	- 6.788	9.647	7.216
Intangível (ii)		6.496	- 2.569	3.927	2.701
Investimentos Confederação		6.496	- 2.569	3.927	2.701
Total		22.931	- 9.357	13.574	9.917

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	81.051	-	-	81.051
Depósitos a prazo	4.101	3.133	167.155	174.389
Total	85.152	3.133	167.155	255.440

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	78.040	1.117	79.157	86.211
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	78.040	1.117	79.157	86.211
Outros Recursos	7.935	-	7.935	17.512
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.935	-	7.935	17.512
Total	85.975	1.117	85.975	103.723

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 2,5% a.a. até 10,39% a.a. com vencimento de 14/01/2016 até 12/05/2018.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	23.847	-	23.847	29.888
Cooperativa Central Sicredi	4.219	-	4.219	4.146
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	19.628	-	19.628	15.146
Outras instituições	-	-	-	10.596
Total	23.847	-	23.847	29.888

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. até 0,3274% a.m. com vencimento de 28/02/2016 até 30/09/2016.

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	45.738	-	45.738	42.798
Obrigações por convênios oficiais	6	-	6	7
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	1.914	-	1.914	1.332
Provisão para pagamentos a efetuar	5.415	-	5.415	4.582
Provisão para passivos contingentes (i)	2.556	-	2.556	2.218
Credores diversos - país (ii)	13.189	-	13.189	10.777
Total	68.818	-	68.818	61.714

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 2.353 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Compensação a Regularizar	5	-
Parcelado Lojista	5.590	4.635
Agenda cartão Visa a pagar	4.886	3.947
Compensação a Regularizar	2.690	-
Outros	18	2.195
Total	13.189	10.777

valores em milhares de Reais

NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	78	90	68	100
Cível	156	451	504	103
Total	234	541	572	203

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	100	100	78
Cível	Provável	103	103	156
Cível	Possível	1.155	-	-
Tributária	Possível	64	-	-
Total		1.422	203	234

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao IN CRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	85.508	64.741
Total de associados	44.099	41.785

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,25% em Capital, no montante de R\$ 6.869 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 15 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 150 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 35, I, da Res. CMN nº. 3.859/10).

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	200.687	127.166
Rendas a receber	176	-
Diversos (Nota 06)	1.930	2.228
Investimentos (Nota 08a)	9.388	9.252
Intangível (Nota 08b)	3.927	2.702
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 11)	4.219	4.145
Provisões para pagamentos a efetuar	430	334
Credores Diversos	297	369
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	24.007	12.226
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	505	363
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	1.174	963
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 18)	8.706	6.491

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	68	0,08%	208
Pessoas físicas	68		208
Depósitos a prazo	331	0,19%	836
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	331		836
Operações de crédito	334	0,09%	2.305

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	2.668	2.148

valores em milhares de Reais

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 23.385 mil (R\$ 11.863 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 6.494 mil (R\$ 4.951 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 1.337 mil (R\$ 1.269 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 1.307 mil (R\$ 904 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte.

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	101.246	89.327
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	37.495	40.443
Moderagro	14.129	6.283
Pronaf	22.267	21.057
Outros	27.355	21.544
Coobrigações em cessões de crédito	189	218
Total	101.435	89.545

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

João Coelho Pinheiro
Diretor Executivo
CPF: 329.782.941-91

Elisângela Dalmolin do Amaral Moura
Diretora de Operações
CPF: 819.625.841-00

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72